

Resenha

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?** University of Pennsylvania Press, 2016. 136 p.

O que é populismo?

Rodrigo Farias de Sousa¹

A ascensão meteórica de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016 suscitou uma profusão de análises tentando explicar uma vitória que, para muitos, era virtualmente impossível. Entretanto, a rápida trajetória de pré-candidato “folclórico” a titular da chapa republicana, antes mesmo da consagração no Colégio Eleitoral, suscitou um *tsunami* de textos a respeito do “ressentimento” e a “insatisfação” de partes expressivas da população americana, especialmente os brancos das áreas industriais decadentes do “Cinturão da Ferrugem”. Nessas narrativas, a história do magnata de Nova York que cativou milhões se apresentando como o *outsider* defensor dos trabalhadores esquecidos por um *Establishment* “globalista” e “politicamente correto” passou a ser explicada por meio de um conceito bastante familiar aos historiadores brasileiros: o *populismo*.

Para quem conhece a trajetória do termo na historiografia brasileira e latino-americana, a abordagem de Jan-Werner Müller em *What is Populism?* pode causar certa estranheza. O foco do autor são os Estados Unidos e a Europa, particularmente a do Leste, e mal se fala dos chamados regimes populistas latino-americanos: Perón só é citado uma vez, e Vargas e Cárdenas, nem isso. Em compensação, Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro aparecem várias vezes, junto com a líder da Frente Nacional francesa, Marine Le Pen, e figuras menos familiares como o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e seu Partido Fidesz, o político holandês Geert Wilders e o inglês (e defensor do “Brexit”) Nigel Farage. O populismo de que trata Müller, portanto, não é exatamente aquele tão criticado por grandes nomes da historiografia brasileira, como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, e que era usado para definir não apenas regimes específicos (como o de Perón), mas também todo um período

¹ Doutor em História. Professor de História IUPERJ/UCAM.

da nossa história nacional, de 1945 a 1964. Em vez da abordagem clássica do populismo como uma relação de troca e manipulação entre um líder carismático e as “massas” subservientes de trabalhadores num momento de crise de hegemonia, ou das explicações estruturais que tanto sucesso fizeram nas ciências sociais há meio século, Müller entende o conceito de outra forma. Para ele, o populismo é uma forma de *política de identidade*, reconhecível objetivamente e mensurável em suas manifestações. E é também a “sombra da política representativa” e uma ameaça à democracia maior e mais imediata do que fatores externos como o terrorismo dos jihadistas.

Coerente com essa premissa, o livro não é uma obra estritamente acadêmica. Professor de Política na Universidade de Princeton e autor de pesquisas sobre a história do pensamento político europeu, Müller não fez do livro um tratado teórico. Pelo contrário, sua opção foi por uma obra curta e acessível ao grande público, densamente informativa e com as devidas referências, mas escrita em prosa clara e isenta de jargões. Já na introdução ele declara que o objetivo do livro é “nos ajudar a reconhecer e lidar com o populismo” — o que significa combinar a análise com a intervenção pública. Trata-se de uma obra engajada, portanto, situada na fronteira entre a história do presente, a teoria política e o ativismo cívico na defesa de um ideal de democracia que dá sinais de enfraquecimento em diversas partes do mundo.

O livro é dividido em uma introdução, três capítulos e uma conclusão. Já na primeira, ele reconhece que o conceito de populismo apresenta dificuldades. “Nós não temos nada que se assemelhe a uma *teoria* do populismo”, nem uma “doutrina codificada” ou critérios coerentes para caracterizá-lo. Da mesma forma como “democracia”, “conservadorismo”, “liberdade” e outros tantos termos comumente usado na linguagem política moderna, o populismo é uma “conceito disputado”, passível de leituras diversas. Por isso, o autor apresenta seus próprios critérios para que se defina um ator político como populista, desenvolvidos no capítulo 1, “What populists say” (“O que os populistas dizem”). O primeiro fator é a *crítica às elites*, consideradas responsáveis pelos problemas enfrentados pelo povo. Este, por sua vez, é tomado como um corpo homogêneo, repositório de todas as virtudes, com interesses e opiniões únicos e especialmente capacitado de identificar os meios de alcançar o bem geral — lembrando a “vontade geral” de que falava Rousseau. Tais meios são expressos pela liderança populista, possuidora de uma espécie de conexão direta com a “substância” do povo — o

autor dá o exemplo dos slogans de campanha de Hugo Chávez, tais como “Chávez é o povo!” e “Chávez, somos milhões, você também é Chávez!”. Essa identificação justifica a tendência de tais líderes de procurar burlar as organizações partidárias, vistas como intermediários dispensáveis.

Há uma dicotomia moral clara no discurso populista tal como é definido aqui, no que Müller concorda, por exemplo, com Michael Kazin, que em *The Populist Persuasion* definiu o populismo como uma “linguagem [que] concebe o povo comum como um agrupamento nobre não limitado estritamente pela classe” que vê “seus oponentes da elite como autocondescendentes e antidemocráticos, e [procura] mobilizar o primeiro contra os últimos”.² No entanto, embora reconheça esse traço como uma condição necessária para a identificação do populismo, Müller acrescenta um outro, que deriva do primeiro e é crucial para entender o impacto do populismo nos tempos atuais: o *antipluralismo*. Os populistas, ele afirma, não somente se apresentam como os representantes de um povo homogêneo, mas reivindicam exclusividade nessa função. Por consequência, todos os que se opõem ou divergem de suas propostas — coisa inevitável numa democracia saudável — são deslegitimados *a priori*. Aliás, isso leva à alegação central do populismo: só algumas pessoas formam realmente o “povo”; os outros — rivais políticos, dissidentes, opositores — estão fora dele, constituindo parte das elites corrompidas. Naturalmente há uma conotação moral clara em cada uma dessas duas posições, sem muito espaço para tolerância e diversidade. A lógica do populismo, assim, tem um componente autoritário que vai na contramão do que se entende modernamente como uma democracia funcional.

Além do discurso, Müller também vê elementos comuns na prática dos governos populistas, que seguiriam alguns padrões discutidos no capítulo 2, “What populists do” (“O que os populistas fazem”). O primeiro é a manutenção da linguagem polarizadora de campanha. O conflito político, nessa perspectiva, é continuamente interpretado como uma confrontação moral em que só um dos lados pode estar certo. O segundo é a “colonização” dos órgãos do Estado, o que no Brasil se costuma chamar de “aparelhamento”: a ocupação de cargos públicos por critérios de lealdade ao governo. Naturalmente, essa prática não é exclusiva dos populistas, mas no caso deles é feita abertamente com a justificativa de que se trata da defesa dos interesses do povo. É o

² KAZIN, Michael. *The Populist Persuasion: An American History*. Basic Books, 1995, p. 1.

que Viktor Orbán fez na Hungria, por exemplo, ao alterar a lei do serviço público para que seus partidários ocupassem pontos chave na burocracia. Um terceiro comportamento padrão é o clientelismo de massa, outra prática não exclusiva, mas feita de forma também aberta e às vezes grotesca, como quando o austríaco Jörg Haider distribuiu notas de cem euros à “sua gente” nas ruas de sua província, a Caríntia. Um quarto padrão é o “legalismo discriminatório”, isto é, a desigualdade na aplicação da lei conforme se trate de pessoas do “povo” (tal como definido acima) ou os suspeitos de trabalharem contra ele. Estes últimos podem incluir, por exemplo, ONGs, associações civis, líderes opositores ou qualquer um que faça críticas e ponha em dúvida a exclusividade da representação entre o governo e o “povo”.

Müller dedica uma seção inteira desse segundo capítulo à discussão de se dever ou não classificar os regimes populistas como “democracias iliberais”. O termo teria origem num artigo do jornalista e cientista político Fareed Zakaria, nos anos 1990, para designar governos de base popular que realizavam eleições, mas não respeitavam o império da lei e violavam os pesos e contrapesos típicos dos regimes constitucionais liberais, como os direitos de propriedade e os direitos civis. A partir daí, Müller faz uma breve apresentação de críticas ao liberalismo feitas por teóricos de esquerda e direita, como Marx e Carl Schmitt, e trata dos diferentes sentidos que o termo “liberal” adquiriu ao longo do tempo. Na visão do autor, porém, a divisão entre democracia e liberalismo, embora antiga, deve ser evitada ao se lidar com os regimes populistas. Isso porque (e aqui o autor entra em conjecturas) muitos abraçariam o adjetivo de “iliberal” com prazer, mas teriam também uma justificativa para continuarem se classificando como democracias — quase um pré-requisito para credibilidade no cenário internacional contemporâneo. Além desse motivo de caráter ético-político, há também outro de caráter mais estritamente acadêmico: não é o *liberalismo* que é posto em risco pelo populismo, mas a *democracia* em si. Isso não significa que os regimes populistas sejam ditaduras: em geral, eleições ainda podem ser ganhas pela oposição, existem alguns espaços para crítica, apesar das restrições, que podem ser maiores ou menores conforme o caso. Porém, é preciso, diz Müller, deixar claro que eles não são democracias plenas, mas o que denomina “democracias defeituosas”.

O capítulo 3, “How to deal with populists” (“Como lidar com populistas”), procura explicar o porquê do sucesso recente de políticos populistas, com destaque para a

Europa, e o que se pode fazer para enfrentá-los. É aqui que o livro faz uma crítica à maneira como as democracias europeias e americana vêm sendo conduzidas no que tange à participação real da população. Segundo ele, o populismo se alimenta das “promessas quebradas da democracia” e cresce porque se apresenta como um corretivo às falhas de uma democracia representativa pouco sensível às demandas populares. Por exemplo, Müller observa que o impacto do fascismo e da Segunda Guerra teria levado os arquitetos das instituições que hoje formam a União Europeia (UE) a deliberadamente construir um arranjo institucional que minimizasse a influência das massas, vistas como um risco após terem apoiado os totalitarismos de décadas anteriores. Objetivava-se resguardar os componentes liberais das organizações decisórias, dificultando interferências de demagogos autoritários que tivessem apoio popular. Entretanto, com o tempo, e especialmente em uma época de crise e insatisfação como a atual, isso deixou a guarda aberta para queixas contra a UE e suas interferências junto às políticas dos países-membros, pondo-a frequentemente no papel das elites malevolentes do discurso populista. O fato de que decisões de relevo são tomadas por funcionários não eleitos — em suma, por tecnocratas — só agrava o problema: Müller observa que, assim como populistas alegam que a vontade do povo é uma só, tecnocratas tendem a achar que só existe uma solução correta para cada problema (evocando o famoso lema de Margaret Thatcher quanto às reformas liberalizantes que realizou nos anos 80: “Não há alternativa”). Na Europa de hoje, e também nos EUA, isso leva partes expressivas da população a se sentir não representada ou ignorada — e portanto vulnerável a apelos populistas.

Dessa forma, para Müller, é preciso ter o cuidado para não se menosprezar as questões levantadas pelos populistas como mera retórica; muitas vezes, elas são reais e legítimas. Reconhecer isso é essencial para se lidar o populismo na arena pública e está na base da recomendação central do autor neste capítulo: não se deve ignorar os populistas. Isso é justamente o contrário da reação mais comum dos partidos tradicionais, que é a de isolar os populistas atrás de um “cordão sanitário”, sem debates, alianças ou cooperação de qualquer espécie. Ao fim e ao cabo, isso acaba sendo um tiro pela culatra. Müller lembra o caso de Nicolas Sarkozy, na França: ao mesmo tempo que acusava a Frente Nacional de não compartilhar os valores republicanos franceses, ele incorporava os programas do partido quanto à questão da imigração. Tal atitude forta-

lece as alegações populistas de que os partidos estabelecidos são, no fundo, um “cartel” cujos interesses são os mesmos apesar das alegadas diferenças ideológicas — tornando os populistas a única alternativa real ao *Establishment*.

Müller, portanto, não defende que se faça com os populistas o que eles fazem com seus rivais, isto é, excluí-los. Pelo contrário, ele diz que, dentro dos limites da lei, é preciso lidar com eles como atores políticos. Afinal de contas, em uma democracia, eles de fato representam setores da população que estão insatisfeitos com o *status quo*. O cuidado que se deve ter ao lidar com eles é não adotar o seu discurso hiperbólico e maniqueísta, mas desafiá-lo. Para se manter ainda no exemplo francês da Frente Nacional, isso significaria admitir, nos anos 80, que realmente havia milhões de desempregados no país, mas não que o culpado por cada um deles era um imigrante. Dito de outro modo, Müller reafirma a confiança na racionalidade e na contra-argumentação como um meio para se fazer a diferença numa democracia. Ele critica aqueles que pretendem combater as medidas de austeridade adotadas em vários países nos últimos anos com um “populismo de esquerda”. O que é preciso, diz ele, é uma alternativa que *inclua* os atualmente excluídos sem alienar os demais, inclusive os mais ricos, sempre capazes de “sair do sistema”. Em suma, tratar-se-ia de buscar um novo contrato social, que só pode ser construído com um apelo à justiça, e não apenas ao equilíbrio fiscal.

What is Populism? não se pretende uma obra “definitiva” no assunto, mas tem o mérito, para o leitor brasileiro, de ilustrar como o tema vem sendo tratado em outros contextos nacionais e acadêmicos. Afinal de contas, por muito tempo o assunto foi dominado por análises focadas apenas na América Latina, como se o fenômeno fosse uma exclusividade histórica da região. Além disso, a opção de Jan-Werner Müller por ancorar seu estudo neste começo do século XXI serve como uma introdução rápida a algumas das tensões políticas que têm se espalhado na Europa e nos EUA (e, pode-se dizer, também no Brasil). É também um livro proveitoso para se discutir a questão da representação política e as dificuldades que mesmo democracias já estabelecidas, como a americana, podem enfrentar em períodos de crise.

Resenha recebida em março de 2017 e aprovada em março de 2017.